

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFRN



KARIEL ANTONIO GIAROLO

ARGUMENTOS FAVORECENDO O ESTADO MÁXIMO

RELATÓRIO DE FILOSOFIA

PAU DOS FERROS

2019

JOSÉ CELESTINO CHAVES JÚNIOR

ARGUMENTOS FAVORECENDO O ESTADO MÁXIMO

Relatório de Filosofia realizado como requisito avaliativo referente ao segundo
bimestre do 3ºano de Informática – IFRN.

PAU DOS FERROS

2019

Sumário

1. ARGUMENTOS FORTES.....4

2. REBATES.....5

1. ARGUMENTOS FORTES

1.1 New Deal

Este é um dos grandes feitos que a intervenção total do estado fez para promover um grande crescimento econômico em tempos de crise, além de ser também um dos mais famosos planos econômicos mais bem-sucedidos da história comandado pelo presidente na época: Roosevelt entre os anos de 1933 e 1937.

É de suma importância citar o new deal (novo plano), já que foi realizada no Estados Unidos, potência mundial caracterizada pelo seu liberalismo e minimização do estado. País este que só superou a crise de 1929 graças a uma ilimitação provisória do estado, resultando no pensamento que todo e qualquer estado mínimo em algum momento da história terá que se tornar máximo para reerguer a economia e promover melhores condições sociais.

O governo dos EUA investiu, principalmente, na construção de obras de infraestrutura (pontes, rodovias, aeroportos, usinas, hidrelétricas, barragens, portos, entre outras). Os investimentos também foram para a construção de hospitais, escolas e outros equipamentos públicos.

O principal objetivo destas medidas era a geração de empregos, pois os Estados Unidos sofriam muito com o desemprego elevado

Além disso através da modificação e criação de leis, o governo passou a ter poderes de controle e fiscalização sobre o mercado financeiro. O objetivo era evitar fraudes financeiras, especulações e diminuir os riscos de operação dos bancos e demais agentes financeiros.

Fora isso vale destacar também os demais métodos tomados pelo estado norte americano fundamentais para a solução da crise de 1929:

- **Controle de preços e produção das empresas**
- **Incentivos agrícolas**
- **Criação de medidas voltadas para a área social**

- Redução da jornada de trabalho

1.2 Milagre econômico

Diferente do New Deal que buscava resolver uma grave crise, o milagre econômico foi um conjunto de medidas realizadas pelo estado militar no Brasil para alavancar a economia do país e torna-lo destaque mundial. Tal acontecimento foi mérito total de uma forte intervenção de um estado máximo que criou em um curto período um total de mais de 160 estatais no país.

Apresentaram-se a seguir alguns dos aspectos básicos da política econômica implementada a partir desse diagnóstico de 1967 e do PED, que seriam complementados por diversas manifestações públicas das autoridades econômicas nos anos seguintes.

Um maior estímulo à demanda foi dado, já a partir de 1967, através de políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis, que se tornariam nos anos seguintes gradualmente expansionistas. Foi particularmente notável a expansão do crédito, especialmente do crédito ao consumidor e à agricultura. A concessão de isenções fiscais e de juros favorecidos ao setor agrícola, aliada a um maior volume de crédito, tinha entre outros objetivos o de assegurar uma oferta adequada de alimentos (cujo impacto sobre os índices de inflação era significativo), estimular as exportações de produtos primários e, talvez sem a mesma ênfase, aumentar a renda agrícola e consequentemente corrigir desequilíbrios regionais e reduzir o êxodo rural.

Destinaram-se também significativos recursos para a construção de residências e aquisição de moradias através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Criaram-se subsídios adicionais, facilidades creditícias e reduziram-se os entraves burocráticos para aumentar as exportações e diversificar mercados especialmente de produtos manufaturados, que também foram muito beneficiados pela adoção do regime de minidesvalorizações cambiais a partir de 1968. Criava-se assim, também, um clima favorável para o investimento estrangeiro e para um acesso mais fácil do país a empréstimos externos.

2. REBATES

2.1 Nada garantido

Bom, para compreender que o estado máximo é necessário, basta antes analisar o quão prejudicial seria para a população caso o estado fosse mínimo, e para isso deixo os seguintes questionamentos que num debate poderiam ser utilizados para rebater a defesa da minimização do estado:

- Como é possível garantir a acessibilidade dos direitos básicos de um humano?
- Como é possível garantir propriedade privada, trabalho, saúde e educação dentro da destruição de valores capitalistas?
- Como é possível garantir segurança de toda a população se o estado não intervém, garantindo que ninguém tenha armas ou esteja planejando algum crime?

No estado mínimo, não existem garantias de segurança, tanto interior quanto exterior. É necessário que o estado interfira na população, obrigando que vá ao exército para defender a pátria de perigos exteriores, necessitando de um estado com grande poder para isso.

2.2 Processo alcance do comunismo

Ao me ver um dos poucos argumentos que a defesa do estado mínimo pode utilizar é de que quanto maior o estado, menor será a liberdade individual, pode-se levar como verdade, porém é possível rebater o argumento com o processo de transformação do socialismo para o comunismo.

Tal processo consiste em passar por um governo totalitário socialista que irá impor regras com o propósito de aos poucos moldar o pensamento egoístas das pessoas para que elas se auto conscientizem e façam um contrato social promovendo total igualdade social e econômica entre os indivíduos dessa comunidade, fazendo com que seja desnecessário a existência de quaisquer manifestações de estado.

Sendo assim, para alcançar um ambiente perfeito socialmente de convivência que seria o comunismo, antes será necessário passar por um governo totalitário e ilimitado.